

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – <i>Ne bis in idem</i> e Poder Administrativo Sancionador	3
1.1 O ne bis in idem e a relação especial de sujeição: a concepção comum quanto à exceção ao princípio	8
1.2 O poder administrativo sancionador e a jurisdição penal.....	11
1.2.1 A sanção jurídica de direito sancionador penal e disciplinar.....	19
1.2.2 Os fins da sanção jurídica de direito administrativo sancionador, sob um aspecto geral	24
1.2.3 A natureza jurídica do ato punitivo criminal, a aplicação e a execução das sanções penais.....	26
1.2.4 Os fundamentos, a aplicação e a execução das sanções disciplinares.....	27
1.2.5 A natureza específica do ato punitivo disciplinar estatutário.....	36
1.3 A distinção de fundamento, de função e de finalidade entre as sanções administrativa e penal	37
1.3.1 Os fundamentos do ilícito e da sanção penal	40
1.3.2 Os fundamentos e finalidade (função) do ilícito e da sanção administrativa e do ilícito e da sanção disciplinar.....	42
1.4 O princípio ne bis in idem e o critério da unidade repressiva das instâncias administrativa e penal sob os vértices da ultima ratio e do interesse público.....	45

**Capítulo 2 – O Ilícito de Direito Administrativo Disciplinar e a sua
Classificação em Congruência com a Teoria do Direito Penal55**

2.1 O ilícito administrativo disciplinar: conceitos iniciais e distinções epistemológicas.....	56
2.2 A estrutura normativa do ilícito disciplinar (o que se aplica, também, para os ilícitos de direito administrativo em geral).....	73
2.3 Espécies de sanção disciplinar no regime estatutário federal e sua repercussão paradigmática para os demais estatutos: subsídio à classificação do ilícito disciplinar.....	75
2.4 O ilícito de direito administrativo sancionador identificado por meio da classificação administrativa disciplinar	81
2.4.1 classificação dos ilícitos administrativos disciplinares considerando o resultado produzido pela conduta	82
2.4.1.1 Quanto ao resultado natural.....	82
2.4.1.2 Quanto ao resultado jurídico.....	85
2.4.2 Classificação dos ilícitos administrativos disciplinares considerando a natureza jurídica do bem tutelado	88
2.4.3 Ilícito administrativo disciplinar com reflexos no direito penal....	97
2.4.4 Ilícito administrativo disciplinar com reflexos no direito civil	98
2.4.5 Ilícito disciplinar próprio	100
2.4.5.1 Ilícito disciplinar impróprio	102
2.4.5.2 Ilícito disciplinar impróprio conflitante (em razão de fatos idênticos aos descritos em norma penal ou em norma de direito civil)	104
2.4.5.3 Ilícito disciplinar impróprio não conflitante (em razão de fatos que envolvem e extrapolam os descritos em normas de direito penal).....	105

2.4.5.4 Ilícito disciplinar residual (<i>illicitus residuum</i> ou conduta residual)	106
2.4.5.5 Conflito real entre o ilícito disciplinar e o ilícito penal	112
2.4.6 Conflito aparente de normas disciplinares definidoras de ilícito	115
2.4.6.1 Especialidade	117
2.4.6.2 Subsidiariedade	119
2.4.6.3 Consunção	121
2.4.6.3 Alternatividade	123
2.4.7 Ilícito administrativo disciplinar quanto à especialidade dos deveres funcionais	123
2.4.8 Ilícito administrativo disciplinar de tutela à disciplina.....	125
2.4.9 Ilícito administrativo disciplinar de tutela à hierarquia.....	126
2.4.10 Ilícito administrativo disciplinar de tutela à regularidade da prestação do serviço público.....	127
2.4.11 Ilícito administrativo disciplinar de tutela ao ordenamento jurídico.....	129
2.4.12 Ilícito administrativo disciplinar de tutela a princípios de Direito	130
2.4.13 Ilícito administrativo disciplinar de tutela à probidade administrativa	130
2.4.14 Ilícito administrativo disciplinar de tutela à Administração Pública e à finalidade pública.....	132
2.4.16 Classificação dos ilícitos administrativos disciplinares considerando a gravidade da sanção	133
2.4.16.1 Ilícito disciplinar levíssimo.....	133

2.4.16.2 Ilícito disciplinar de natureza leve.....	134
2.4.16.3 Ilícito disciplinar de média gravidade.....	135
2.4.16.4 Ilícito disciplinar de natureza grave	136
2.4.16.5 Ilícito disciplinar de natureza gravíssima	136
2.4.17 Classificação dos ilícitos de direito administrativo disciplinar considerando o grau da lesão à administração ou aos seus fins	137
2.4.18 Concurso de ilícitos administrativos disciplinares.....	142
2.4.18.1 Concurso formal de ilícitos disciplinares	143
2.4.18.2 Concurso material de ilícitos disciplinares	144
2.4.18.3 Ilícito disciplinar continuado	145

Capítulo 3 – A Concepção de Declarações sobre Fatos

Juridicamente Relevantes para o Direito Punitivo 147

3.1 A concepção de “fato” para o regime jurídico de direito sancionador: tríplice identidade de elementos fundamentais	149
3.2 A concepção de validade para o direito público sancionador e o princípio <i>ne bis in idem</i> : direito e epistemologia – correlação entre ordenamento, sistema e regime jurídicos	159
3.3 A concepção de “mesmo fato” (“idem”) para o direito sancionador (o fato-base)	170
3.3.1 Tríplice identidade do fato jurídico relevante – sujeito, objeto e fundamentos	170
3.3.1.1 A identidade subjetiva.....	171
3.3.1.2 A identidade de objeto ou objetiva (identidade fática em sentido estrito) e a questão da reincidência agravante da pena (i) no próprio tipo e (ii) independentes	177

3.3.1.2.1 Posição favorável à punição (não ocorrência de <i>bis in idem</i>).....	179
3.3.1.2.2 Posição desfavorável à punição (ofensa ao <i>ne bis in idem</i>).....	184
3.3.1.3 A identidade de fundamento (identidade causal).....	186
3.4 A concepção de mais de uma declaração sobre o mesmo fato	192
3.4.1 Ne bis in idem – efeitos materiais e processuais.....	194
3.4.2 O caso julgado	195
3.4.3 Ausência de caso julgado, quando do reconhecimento da relativa autonomia da instância penal	206
3.4.4 A litispendência	208
3.4.5 O caso investigado – concepção em sentido amplo.....	212
3.4.5.1 O caso investigado – concepção em sentido estrito	213
3.4.5.2 A “litispendência” em sede de procedimento investigativo ...	213
3.5 Fatos concorrentes e fatos distintos em seus elementos (fatos semelhantes) e o efeito ne bis in idem	215
3.5.1 Fatos idênticos e independência das instâncias dos ramos punitivos do Direito na experiência brasileira.....	215
3.5.2 Fatos residuais – fatos desimportantes para determinado regime jurídico e, por outro lado, importantes para outro regime jurídico punitivo.....	219
3.5.3 Concurso de ilícitos e objetividade jurídica da norma proibitiva.....	223
3.5.3.1 Aspectos gerais do concurso de ilícitos	226
3.5.3.2 Concurso material	227
3.5.3.3 Concurso formal	227

3.5.3.4 Ilícito continuado	229
3.5.3.5 Comunhão de ilícitos já punidos para a formação de ilícito mais grave	231
3.5.3.6 Concurso real de ilícitos – o <i>ante factum</i> e o <i>post factum</i> impuníveis e a repercussão do princípio ne <i>bis in idem</i>	234
3.5.3.7 <i>Ante factum</i> e <i>post factum</i> impuníveis e a repercussão do princípio <i>ne bis in idem</i>	234
Capítulo 4 – A (Im)Possibilidade de <i>Bis in Idem</i> diante da Identidade de Objetos Jurídicos entre o Direito Penal e o Direito Administrativo	239
4.1 Autoridades com competências legais distintas	240
4.2 Diversidades de bens jurídicos protegidos como fundamento de exceção ao princípio ne <i>bis in idem</i>	241
4.3 A distinção entre bem jurídico e objeto jurídico e a importância do princípio da ultima <i>ratio</i> para a definição do plexo normativo do direito penal e do direito disciplinar	254
4.4 A concepção da identidade de bens jurídicos protegidos para o <i>ne bis in idem</i> entre normas de direito penal e de direito disciplinar	263
Conclusões.....	277
Referências.....	285